

NONA



Informativo do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná | Ano XV | Número 185

Emoção, memória e arte no aniversário do Tribunal



- ▶ 2011, o ano do processo eletrônico p. 3
- ▶ Corregedoria facilita transparência p. 3
- ▶ TRT-PR forma grupo de segurança p. 15

TRT-PR sediará em outubro encontro de bibliotecários



18 A 20
OUT. 2010

EBJUT

ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS
E DOCUMENTALISTAS DA
JUSTIÇA DO TRABALHO



ENTREVISTA: SONIA LOCATELLI

Diretora do Serviço de Biblioteca e
Jurisprudência do TRT da 9ª Região

NONA - Nos dias 18, 19 e 20 de outubro, o TRT sediará o Encontro de Bibliotecários e Documentalistas da Justiça do Trabalho. Qual é o foco da pauta do encontro?

SONIA - A pauta está voltada para a padronização de documentos. Trataremos também de certificação digital, com o coordenador do projeto do processo judicial eletrônico do TRT-PR, Bráulio Gabriel Gusmão; gestão documental, com o juiz Cássio Colombo Filho, e padronização das revistas de todos os Regionais, com Viviane Gonçalves, que é uma especialista da PUCPR em qualidade de editoração. Do TRT da 2ª Região (SP) haverá um trabalho de avaliação dos serviços prestados pela biblioteca. Teremos uma palestra sobre obras raras, pois muitos Regionais as possuem e precisam lidar com elas adequadamente. Teremos uma apresentação do Centro de Memória e uma manhã inteira voltada para as funções avançadas do programa SIABI (Sistema de Automação de Bibliotecas). Por fim, a 7ª Região (CE) trará um trabalho sobre marketing de relacionamento, uma estratégia para otimizar a utilização dos recursos das bibliotecas.

NONA - Quais são os principais serviços das bibliotecas da Justiça do Trabalho?

SONIA - Nosso principal trabalho é disponibilizar todas as informações possíveis na área de Direito do Trabalho, seja no formato de livro, CD ou qualquer outro tipo de conteúdo em papel e eletrônico. Internamente, fazemos pesquisa de coleta de dados e levantamentos bibliográficos de vários tipos. Temos que trabalhar a informação, ou ela nunca será recuperada.

NONA - O que é REDIJT?

SONIA - É uma rede que visa reunir e disponibilizar para consulta, em bases de dados unificadas e construídas de acordo com regras comuns, os serviços das bibliotecas dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho, uma vez que todos adquiriram o SIABI.

Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Ney José de Freitas

Vice-Presidente:

Desembargadora Rosemarie Diedrichs Pimpão

Corregedor Regional:

Desembargador Arnor Lima Neto

Diretor-Geral:

Eduardo Silveira Rocha

Secretária-Geral da Presidência:

Rosana de Lurdes Mendes

Secretária de Coordenação Judiciária:

Regina Lúcia Motta Carvalho

Secretária do Tribunal Pleno, Órgão Especial
e Seção Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Comunicação Social e

Jornalista Responsável:

Gladimir Nascimento

Assessora de Imprensa:

Flaviane Galafassi

Redação:

Flaviane Galafassi, Gladimir Nascimento,
Irene Pioker, Nelson Copruchinski, Luiz Munhoz,
Rossana Tuoto e Bruno Manenti

Fotografia:

Inara Passos, Irene Pioker, Luiz Munhoz,
Thyrza Wolk e arquivo do TRT-PR

Revisão:

César Caldas, Rossana Tuoto e Rose Montes

Projeto gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

500 exemplares
Disponível no site do TRT
www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Via Laser

Sugestões e opiniões para o NONA:
Assessoria de Comunicação Social do TRT
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 528 - 5º andar
CEP 80.430-180 - Curitiba-PR
Fone: 41 3310-7309 - Fone/Fax: 41 3310-7171
ascom@trt9.jus.br

Missão do TRT-PR

"Solucionar os conflitos provenientes das
relações trabalhistas com qualidade,
agilidade, uso responsável dos recursos
e respeito ao cidadão".

Visão do TRT-PR

"Ser referencial de
qualidade e agilidade na prestação
jurisdicional trabalhista"

2011 será o ano do Processo Eletrônico

O pioneirismo e o empenho do TRT serão coroados, no próximo ano, com a transição definitiva do processo judicial para o meio eletrônico, em todo o Estado. O cronograma, que se iniciou em agosto do ano passado, com a implantação de três Varas Digitais em Curitiba, deverá ser concluído até o fim de 2011.

"Os procedimentos foram amadurecidos, os métodos de trabalho estão mapeados e temos completa segurança para avançar, serenamente e com muita objetividade, para a consolidação dessa que é a maior atualização que a Justiça de nosso país já realizou", disse o presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas.

A implantação do processo eletrônico será gradual, paralela a um programa de treinamento e adaptação preparado pela Escola Judicial e pela coordenação do projeto. "Nossos juízes e servidores serão os grandes protagonistas dessa mudança, que resultará em um serviço exemplar para a comunidade", comentou o presidente. Na opinião do desembargador, "o desafio de concluir essa implantação é uma experiência que vivenciaremos juntos. Aqueles que já se habituaram ao pro-



Desembargador Ney José de Freitas

cesso eletrônico repassarão aos demais os conhecimentos que acumularam, sendo o principal deles a capacidade de gerenciar com tranquilidade as dúvidas que surgem naturalmente nos processos de mudança."

ALTERNATIVAS - Os juízes e servidores das unidades onde o processo eletrônico já foi implantado farão parte da força-tarefa montada para assessorar os demais setores durante os próximos meses. A primeira informação relevante, afirmam eles, é o fato de que não há uma maneira única de trabalhar no processo eletrônico. Cada Vara do Trabalho poderá adaptar seus métodos, na passagem para a digitalização completa. O sistema permite que o servidor trabalhe de modo mais criativo e autônomo, por exemplo, atuando em todas as fases de um processo, mas também possibilita que o trabalho seja organizado do modo tradicional. Há liberdade no projeto, que foi elaborado a partir da experiência acumulada ao longo de mais de três décadas da Justiça do Trabalho no Paraná.

...Temos completa segurança para avançar serenamente e com muita objetividade, para a consolidação dessa que é a maior atualização que a Justiça de nosso país já realizou.

Atas na web favorecem o controle social

A Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná tomou medidas para dar maior transparência à atuação da Justiça do Trabalho, por meio da publicidade de seus atos. As atas das correições estão sendo publicadas na internet – www.trt9.jus.br – link Corregedoria, o que permite a advogados, sindicatos, trabalhadores, empresários e outros interessados o acompanhamento direto da atividade.

"A publicidade dos atos dá à sociedade informações sobre o status em que a Vara do Trabalho se encontra, demonstra que a Corregedoria está atenta e também permite que a comunidade, informada, cobre da própria Corre-

gedoria. Acreditamos no valor do mecanismo do controle social, preconizado pelo Conselho Nacional de Justiça, como prática de transparência do Judiciário", diz o corregedor regional do TRT-PR, desembargador Arnor Lima Neto.

Na avaliação do corregedor, "a publicação das atas das correições ordinárias realizadas nas Varas do Trabalho confere maior legitimidade à atividade correicional, que é a fiscalização do trabalho do Judiciário nas Varas". As correições, no entanto, ressalta o desembargador, servem também para identificar pontos em que os juízes e suas equipes necessitam de auxílio e, principalmente, as melhores práticas que desenvolvem no exercício da jurisdição.

Inscrições abertas para o Prêmio Anamatra de Direitos Humanos

Com o tema "Direitos Humanos e o Mundo do Trabalho", estão abertas as inscrições para o Prêmio Anamatra de Direitos Humanos 2010. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho premiará três categorias: **Instituição, Judiciário Cidadão e Imprensa**. Detalhes e inscrições pelo site www.anamatra.org.br.

Aniversário é comemorado com música e homenagem a servidores veteranos

O reconhecimento aos magistrados e servidores que conquistaram o Jubileu de Prata no trabalho foi o foco das comemorações do aniversário do TRT-PR, no dia 17 de setembro, em Curitiba. O grupo de dois juízes e 18 servidores que completaram 25 anos de atividade no Tribunal recebeu do presidente, da vice-presidente e do corregedor regional os respectivos diplomas e "pins" de prata confeccionados para distingui-los.

O presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas, os saudou lembrando que "uma instituição se afirma pelo grau de compromisso de seus integrantes para com a missão que define sua existência. Somente aqueles que estão engajados, exercitando e renovando continuamente sua dedicação, é que chegam a esses 25, aos 30, aos 35 anos de trabalho bem feito, com a disposição que cada um tem demonstrado."

Os homenageados foram abraçados e aplaudidos pelos colegas, posaram para fotografias e assistiram à apresentação da banda da Quinta Região Militar / Quinto Exército e do coral da Universidade Federal do Paraná.

Segundo o presidente do TRT, a escolha da Banda e do Coral para marcar a passagem do trigésimo-quarto aniversário foi feita para celebrar e, com música, evocar a história do Tribunal. Nesta noite, disse ele, "neste prédio histórico de Curitiba, épocas diversas serão evocadas pela música, apoderando-se de nossos sentidos por canções que se eternizam. Canções do princípio do século passado, mas também dos anos 70, quando foi instalado este Tribunal. E

dos anos 80, quando viveu sua infância e adolescência."

BIS - O ponto alto da apresentação foi Carmina Burana, de Carl Orff, que os músicos tiveram de tocar e cantar duas vezes, por insistência dos servidores e magistrados. Os cantores do coral da UFPR se instalaram nos balcões do plenário, o que aumentou o efeito dramático da ópera. A apresentação cultural e o coquetel servido em seguida foram oferecidos pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil.

"É emocionante juntar dois grupos tão grandes, com calendários tão diferentes", disse o regente do coral, Alvaro Nadolny. "Montar essa apresentação com a banda do Exército foi muito bom, eles têm excelentes músicos, tanto que em pouco tempo a gente conseguiu um repertório que batesse".

Foi "maravilhoso, um repertório muito bem selecionado", avaliou a servidora Angélica Camargo, da assessoria da vice-presidência do Tribunal. "Músicas encantadoras, emocionantes, fazem a gente voltar no tempo", apoiou a servidora Eva Franchetti, da Secretaria do Pleno do TRT.

ACERVO - Foi aberta durante a cerimônia a exposição de objetos e documentos de coleções particulares doadas ao Centro de Memória do TRT. Um dos visitantes foi o ministro do TST Fernando Eizo Ono, presidente do TRT-PR no biênio 2003/2005, que veio a Curitiba para acompanhar as comemorações do aniversário.

O TRT-PR foi instalado em 17 de setembro de 1976, após mobilização paranaense para desvincular a Justiça do Trabalho da jurisdição da 2ª Região, sediada em São Paulo.



O repertório da Banda da 5ª Região Militar, com músicas dos anos 70 e 80, relembrou os primeiros anos do Tribunal, fundado em 76

Reconhecimento pelos 25 anos de TRT-PR

Uários dos juízes e servidores homenageados no aniversário do TRT por terem completado 25 anos de trabalho deram ao **Nona** depoimentos sobre suas trajetórias profissionais e pessoais. O juiz **Marcos Eli-seu Ortega**, por exemplo, relembrou que ingressou no Tribunal como servidor em 1985, no cargo de Atendente Judiciário, e prestou concurso para a magistratura trabalhista em 1993. Atualmente responde pela 3ª VT de São José dos Pinhais. Ele fala com orgulho da 9ª Região e acredita que “estar tanto tempo numa instituição tem a ver com vocação”. O juiz lembra pessoas que o ajudaram a reconhecer essa vocação: “uma das principais pessoas foi o saudoso professor doutor Julio Assumpção Malhadas, meu professor de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho na Faculdade de Direito da UFPR. Outras pessoas também me influenciaram, a exemplo dos professores Euclides Alcides Rocha e Ney José de Freitas, nas áreas do Direito do Trabalho e Direito Administrativo, respectivamente”.

Os 25 anos do juiz **Eduardo Milléo Baracat** no TRT-PR também iniciaram na carreira de servidor, nas antigas Juntas de Conciliação e Julgamento, e, a partir de 1993, como juiz substituto. Atualmente ele é o juiz titular da 9ª VT de Curitiba e atribui à Justiça do Trabalho todo o sentido de sua vida profissional. “Acho que evolui junto com a Justiça do Trabalho, o que me ajudou muito a crescer como ser humano e profissional”, sintetizou.

Carmen Fanil Navarro Cândido, lotada atualmente no Serviço de Distribuição dos Feitos de Primeira Instância de Maringá, ingressou no Tribunal em 1985, exercendo funções pertinentes à limpeza na Vara do Trabalho de Maringá. “Tive a oportunidade de aprender muito, passando pelo atendimento no balcão, pela Distribuição como assistente para serviços, e, por último, no atendimento ao público na mesma Distribuição. O convívio com os juízes que por lá passaram e as experiências compartilhadas com os demais colegas ajudaram a gente a crescer. É como uma família”, disse a servidora.

Carmen Massae Taniguti desde 1985 está lotada na Vara do Trabalho de Maringá. “Quando ingressei”, contou, “os registros eram todos manuais, o protocolo em livro com carimbo e o andamento do processo era todo em fichas. As capas dos processos eram preenchidas à máquina de datilografia. A sentença saía com a primeira folha de sulfite e as cópias em papel rosinha bem fino”.

Celso Gonçalves dos Santos tomou posse em 1985 e está lotado atualmente na 5ª VT de Curitiba. Para ele os 25 anos no TRT resgataram um caráter afetivo, emocional, de grande força e saudade. “Desenvolvi várias amizades sinceras e, acima de tudo, honestas”.

Elza França Sanches está na VT de Apucarana desde que entrou em exercício no TRT. Ela começou na zeladoria. “Hoje – relata – sou formada em Administração de Empresas e fiz pós-graduação em Direito do Trabalho. E devo isso ao estímulo que recebi dos diretores, inclusive juízes do trabalho, que sempre me incentivaram a voltar a estudar, pois eu só tinha até a 7ª série.”

Haroldo Rebello Junior tinha 18 anos quando prestou concurso, portanto o TRT “foi e continua sendo meu primeiro emprego”, diz ele. “Foi durante estes 25 anos na instituição que fiz meus diversos cursos (graduação, pós, etc). Também fiz amigos e muito do que sou e do que tenho está relacionado com o vínculo a esta Instituição. O sentimento em relação ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região só pode ser de orgulho e gratidão”.

João de Lima Filho ingressou como agente de segurança e se sente orgulhoso de muitos momentos vividos no TRT, em especial o mais recente, “a operação COLEPRECOR, quando recepcionamos magistrados de todo o Brasil e demais visitantes”. João diz que a satisfação maior nesta comemoração “é pensar que o nosso trabalho tem um valor social; contribuí com boa parte da minha vida para melhorar as relações entre trabalho e capital”.

Tereza Amélia Konrath começou como auxiliar operacional de serviços diversos, na Vara do Trabalho de União da Vitória, onde atualmente exerce o cargo de auxiliar judiciária e gosta tanto de trabalhar que é comum encontrá-la na repartição às 7h da manhã. Tereza conta que graças ao trabalho no TRT pôde criar, sozinha, seus quatro filhos.

Vera Aparecida Golçalves é auxiliar de secretaria na 8ª Vara há 11 anos. “Quando entrei – diz ela – realizei meu sonho profissional. Chorei muito quando recebi a carta de admissão do TRT”.

Maria Brígida Pitoli Watanabe é Auxiliar Judiciária de Serviços Diversos na VT de Cornélio Procópio e afirma que jamais irá esquecer a homenagem dos 25 anos, “porque ser homenageada por um órgão tão importante como o nosso TRT 9ª coroa uma vida dedicada a servir ao cidadão, por intermédio do Poder Judiciário”.

Robson Ari da Costa começou em Paranaguá e hoje está lotado na CEMAN-Região Metropolitana de Curitiba. Ele relembrou a reestruturação da então Junta de Conciliação e Julgamento de Paranaguá, levada a efeito pelo juiz Lauremi Camaroski (1985). “Considero que toda minha carreira foi uma oportunidade que tive para constatar, observando e trabalhando ao lado de meus colegas servidores, que o homem e as instituições, com esforço, estudo e determinação, sempre alcançam seus objetivos”, disse Robson.

Marli Madureira atua na secretaria da 1ª VT de Ponta Grossa. A homenagem pelo Jubileu de Prata, disse ela, “é uma grande gratificação. Depois de anos de trabalho, fico feliz por esse reconhecimento”.

Susete Gonçalves dos Santos, da 1ª VT de Ponta Grossa, é Assistente de Diretor de Secretaria. A homenagem recebida no aniversário do TRT, disse ela, “representa o reconhecimento pelo trabalho prestado e a satisfação de fazer parte da Instituição e a realização pessoal”. Segundo Susete, foi marcante “quando recebi o convite para participar da homenagem e me dei conta de que se passaram 25 anos e que o meus sentimentos são de contentamento e de realização no trabalho e carreira escolhida.”

REGISTRO FOTOGRÁFICO



O discurso do presidente, Ney José de Freitas, ressaltou o entusiasmo dos servidores que completaram 25 anos de trabalho



Os servidores homenageados, na primeira fila da platéia, foram os destaques da comemoração do aniversário



Os que completaram o Jubileu de Prata receberam diploma comemorativo e "pins" de prata



Magistrados, servidores, membros da PRT e advogados lotaram o plenário para acompanhar as apresentações artísticas



A Banda militar foi muito aplaudida pela escolha do repertório e pela forte carga emocional da apresentação



A iluminação cênica que acompanhou a performance da banda acentuou a beleza do prédio histórico sede do TRT



O coral da Universidade Federal do Paraná se apresentou nos balcões do Plenário Pedro Ribeiro Tavares



Com o entusiasmo da platéia, a banda e o coral tiveram de apresentar duas vezes Carmina Burana, de Carl Orff



Servidores e magistrados homenageados pelo Jubileu de Prata, com o presidente, desembargador Ney José de Freitas



Clara Maria Alves, assessora parlamentar do TST e coordenadora da ASRI/CSJT, com o desembargador Ney José de Freitas



Desembargadores Benedito Xavier da Silva e Ubirajara Carlos Mendes e a chefe da Defensoria Pública do Paraná, representando o governador Orlando Pessuti, Josiane Fruet Bettini Lupion



O ministro Fernando Eizo Ono com o casal Arnor Lima Neto (corregedor) e Ana Lúcia Cabel Lima



O presidente Ney José de Freitas com a equipe da Caixa Econômica Federal

Palestra do presidente do Tribunal do Trabalho abre reunião da Fecomércio

O jornal da Federação do Comércio do Paraná destacou a palestra do presidente do Tribunal Regional do Trabalho, desembargador Ney José de Freitas, na reunião mensal da diretoria da Federação. O presidente apresentou ações desenvolvidas pelo Tribunal para a permanente agilização da Justiça do Trabalho e falou sobre a concretização do Projeto Memória, como parte do esforço do TRT-PR para o resgate da memória histórica da Justiça do Trabalho e de sua participação na vida social e econômica do Paraná.



A diretoria da Federação do Comércio ouviu a explanação sobre os avanços da Justiça do Trabalho e o resgate da memória

Carta de Serviços é apresentada no II Seminário do Gespública no Paraná

A experiência do TRT-PR na elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão foi exposta, no dia 16 de setembro, no II Seminário Gespública no Paraná, em Curitiba, durante o painel relativo às organizações públicas, sob o tema – “Carta de Serviços – Um compromisso com a sociedade”.

A Carta de Serviços ao Cidadão foi desenvolvida em 2009, conforme as diretrizes do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009. Na elaboração do documento, o Tribunal acabou identificando oportunidades de aperfeiçoamento de alguns de seus processos. Foi esse aspecto, de mudanças na gestão a partir da metodologia para escrever a Carta de Serviços, que qualificou a experiência para o encontro do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - Gespública.

O Gespública, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem como finalidade “contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados

aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País”. O Tribunal Regional do Trabalho participa do Programa e do seu Comitê Gestor desde 2007 e utiliza várias ferramentas do GESPÚBLICA, tais como a Autoavaliação da Gestão, a Pesquisa de Satisfação e a Carta de Serviços ao Cidadão.

No Paraná, o núcleo ainda é composto por outras instituições voluntárias, entre elas o CREA-PR, COPEL, Correios, Caixa Econômica Federal, Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Paraná (GRA-PR), Repar, Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), Saneapar, Instituto Carlos Chagas/Fiocruz Paraná (ICC), Superintendência da Polícia Federal no Paraná e Itaipu Binacional.

A Carta de Serviços pode ser acessada na página inicial do site do TRT - www.trt9.jus.br, no menu INFORMATIVOS.

Rossana Tuoto

Formado o primeiro grupo de trabalho voluntário da história do TRT do Paraná

A cerimônia simples, no gabinete da presidência, ficou registrada na história da Justiça do Trabalho do Paraná. Os cinco voluntários selecionados para a prestação de serviços no Centro de Memória compareceram para assinar o Termo de Adesão e formalizar o início de suas atividades. Essa é a primeira experiência do TRT-PR com voluntariado, e já se estuda a possibilidade de estendê-lo a outros setores, além do Centro de Memória.

O presidente do TRT, desembargador Ney José de Freitas, recebeu no gabinete da Presidência os cinco voluntários que acorreram ao Edital de convocação e ressaltou que eles “ficarão para a história do Tribunal”. O processo de seleção foi baseado na Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário, e envolveu a análise do currículo, experiência profissional e entrevista.

► Conheça os cinco primeiros voluntários do TRT 9ª Região



SÍLVIA MARIA PEREIRA DE ARAÚJO, 61, nasceu em Curitiba (PR). É graduada em Ciências Sociais (PUCPR), com mestrado em História Social (UFPR), doutorado em Ciências da Comunicação (USP) e pós-doutorado em Sociologia do Trabalho (Università degli Studi di Milano, Itália). Por três décadas foi professora da

Universidade Federal do Paraná. Sua área de pesquisa sempre foi voltada às relações de trabalho e movimentos sindicais, tendo vivenciado, entre outras, a experiência de ser diretora técnica do Centro de Memória Sindical do Paraná. Atualmente é vice-presidente da ABET – Associação Brasileira de Estudos do Trabalho. Tem livros publicados sobre o tema. “O voluntariado para a Justiça do Trabalho do Paraná é consequência do meu foco na pesquisa voltada ao trabalho e a história do Paraná”, disse Sílvia. Há 12 anos ela atua também junto à Sociedade São Vicente de Paulo.



MARIA DA GRAÇA FAORO CONTI, 57, é natural de Caçador (SC). Sua formação é em História (UFPR), com especialização em História Social e mestrado em História do Brasil (UFPR). “Iniciei o trabalho voluntário como Conciliadora, em 2003, junto ao Juizado Especial Cível (JEC) da Comarca de Curitiba”, contou

Maria da Graça, que atualmente permanece no JEC, mas

já com o trabalho remunerado. “A minha formação em História me entusiasmou para as atividades do Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Paraná, a exemplo da recuperação de documentos e pesquisa”, disse ela.



CARMEN ESTER ROMERO, 50, nascida em Sertãozinho (PR), é formada em Direito pela FUEL – Fundação Universidade Estadual de Londrina – PR. É advogada atuante e especializada na área trabalhista. “O voluntariado é uma necessidade para mim, considerando muito da minha personalidade e a ligação com a Justiça

do Trabalho”, definiu Carmen sobre a sua motivação para atuar junto ao Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Paraná. Ela ressaltou seu envolvimento permanente com a história e o voluntariado há 12 anos, desde quando era auxiliar de bibliotecário na FUEL. Da mesma forma quando atuava no Direito de Família e tomou conhecimento da Rede de Casas Lar – LBE (Lar Batista Esperança) para as vítimas de violência doméstica, onde exerce o cargo de 2ª Secretária. Atua ainda nas mobilizações do Rotary Club.



BERNARDETE ROECKER PETRI, 42, nasceu em Manoel Ribas (PR). É bacharel em Direito (UNICURITIBA) e licenciada em Filosofia pela PUCPR.

“Os projetos comunitários desenvolvidos pela PUCPR foram o ponto de partida para o meu interesse no trabalho voluntário”, contou Bernardete, que atua em várias frentes nesse tipo de projeto. Segundo ela, o resgate histórico foi o que lhe despertou a atenção para as atividades no Centro de Memória.



MARCUS VINÍCIUS RIBINSKI BERNARDO, 20, é natural de Londrina (PR). Está no sétimo período de Filosofia na Universidade Federal do Paraná. Já fez dois anos e meio do curso de Direito. Sobre o voluntariado no Centro de Memória da Justiça do Trabalho, Marcus Vinícius diz buscar

“a vivência que se pode adquirir num local de trabalho”, motivado pelos assuntos ligados à história e por seu objetivo de dar aulas de filosofia. É a primeira experiência dele como voluntário.

Nossa marca de Inteligência Ambiental

Um símbolo que unifica as idéias de formação de rede, árvore, neurônios e coligação de pessoas foi o escolhido pelos magistrados e servidores do TRT-PR como Selo de Inteligência Ambiental. A distinção será conferida às unidades que melhor racionalizarem o consumo de insumos que produzem impacto ambiental, como energia, água, papel e combustíveis, e apresentarem as melhores iniciativas.

O movimento para escolher o Selo de Inteligência Ambiental começou em agosto, com o Pare e Pense, que foi o momento de reflexão sobre o desempenho ambiental de cada setor. Quando o novo Pare e Pense for realizado, em outubro, já terá sido definida a metodologia de aferição das práticas ambientais para a outorga do Selo.

PRIORIDADE - A Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estipula que todo o Judiciário, neste ano, deverá gastar 2% a menos que no ano passado nos insumos de impacto ambiental. Além de atender à demanda do CNJ, o Selo de Inteligência Ambiental consolida uma das estratégias estabelecidas como prioritárias pelo presidente Ney José de Freitas, que é a responsabilidade socioeconômica e ambiental.

Juizes e servidores do TRT-PR votaram, pela Intranet da instituição, para escolher a imagem que comporia o selo, e escolheram a primeira de três propostas de iden-

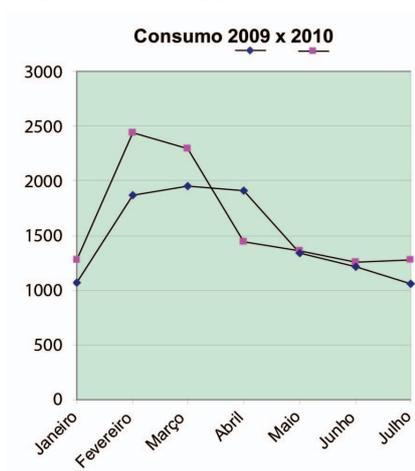


tidade visual desenvolvidas pelo o estudante do curso de Design - Projeto Visual Thiago Figueiredo Venâncio, estagiário do setor de Comunicação Social do Tribunal. A proposta vencedora recebeu 270 dos 537 votos.

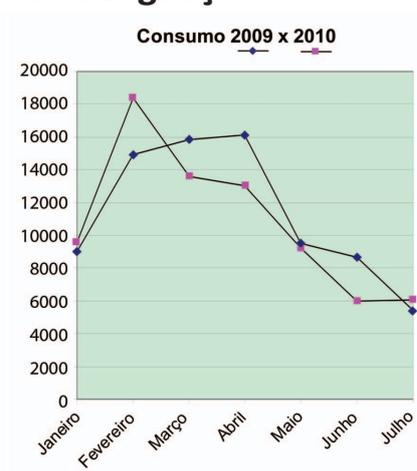
Consumo de energia elétrica - parte 2

▶ Consumo por município até julho* (KWH)

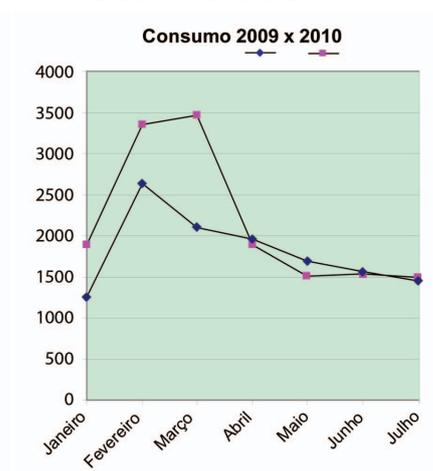
Dois Vizinhos



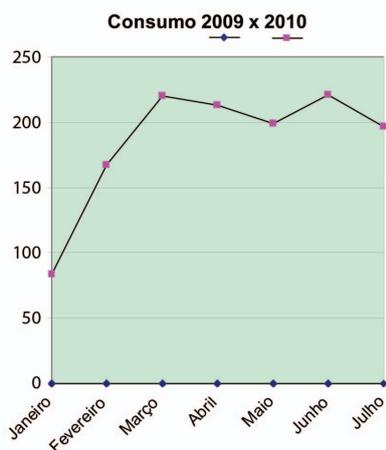
Foz do Iguaçu



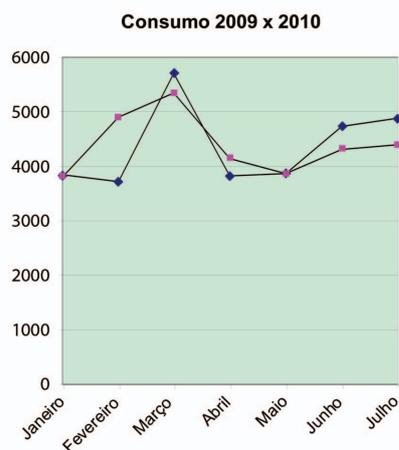
Francisco Beltrão



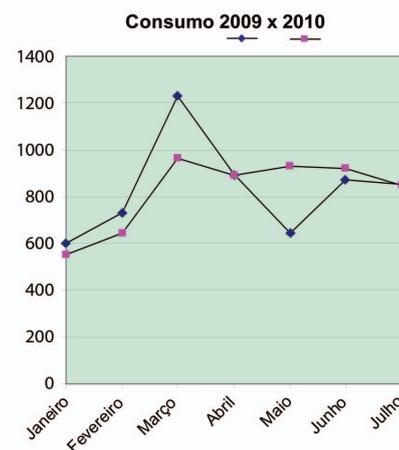
Goioerê



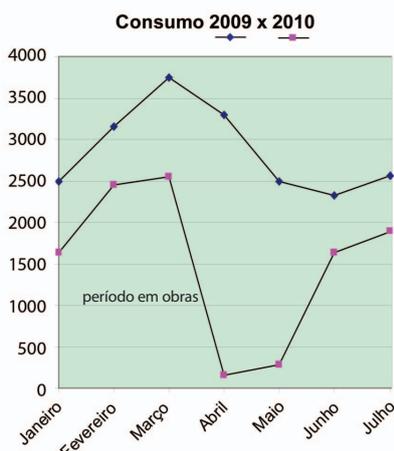
Guarapuava



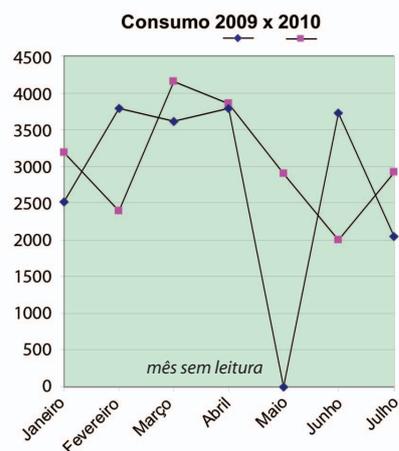
Irati



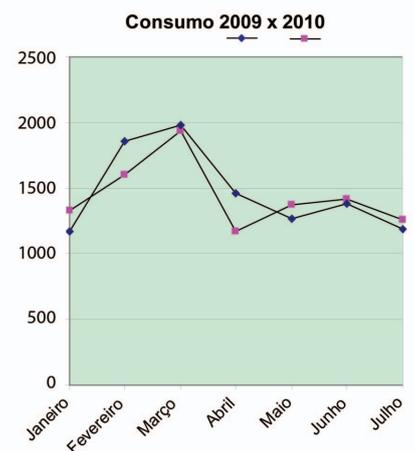
Ivaiporã



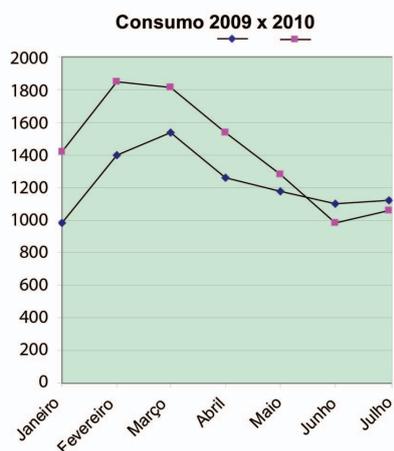
Jacarezinho



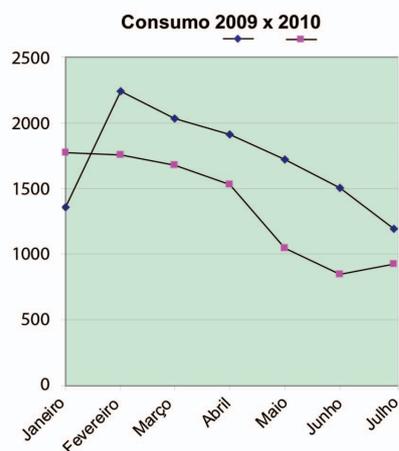
Jaguariaíva



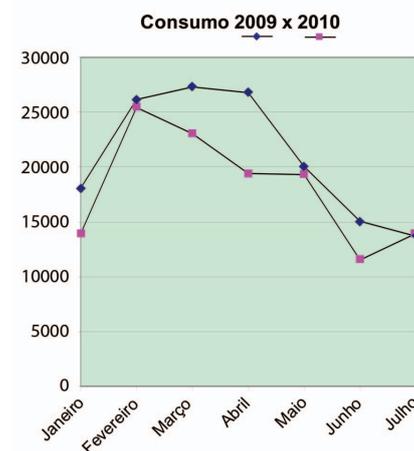
Laranjeiras do Sul



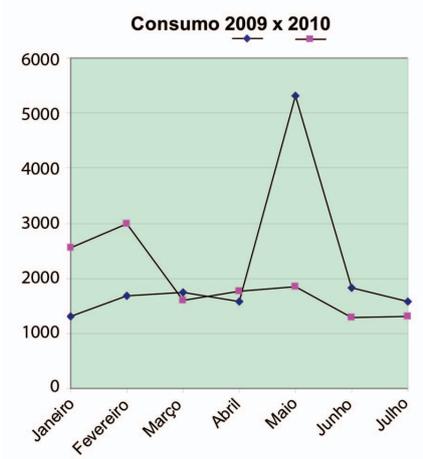
Loanda



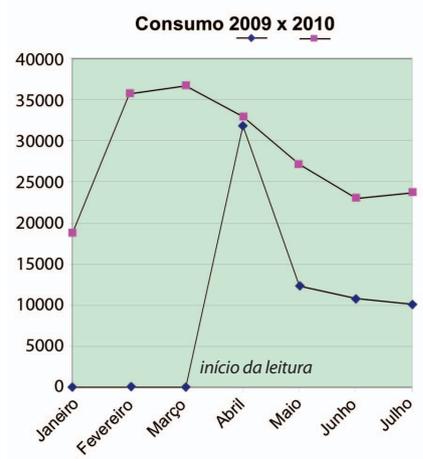
Londrina - Fórum



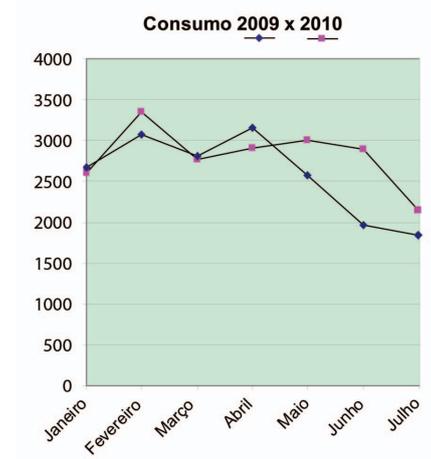
Mal. Cândido Rondon



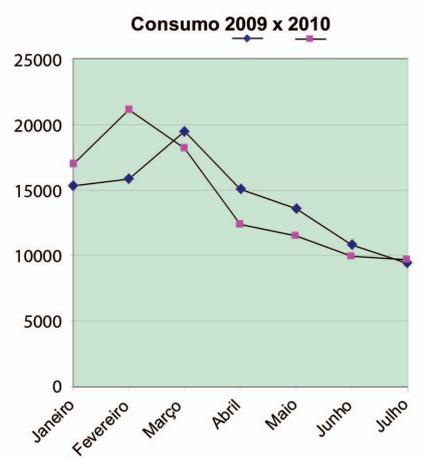
Maringá - Gastão Vidigal



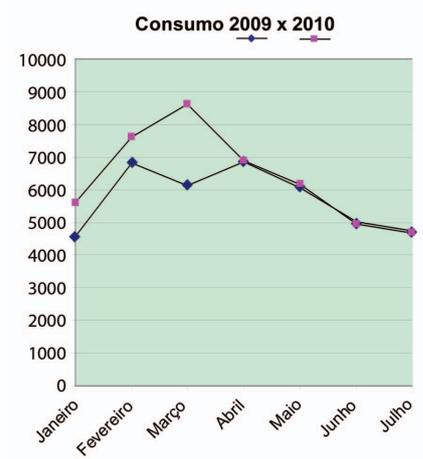
Nova Esperança



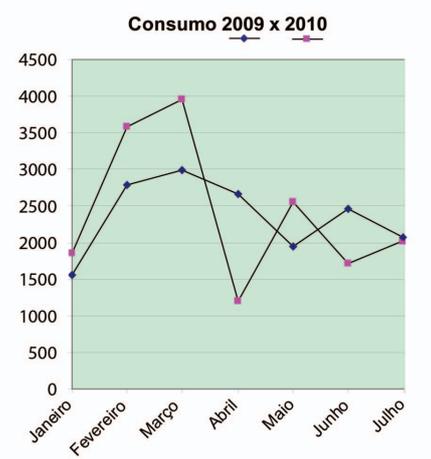
Paranaguá



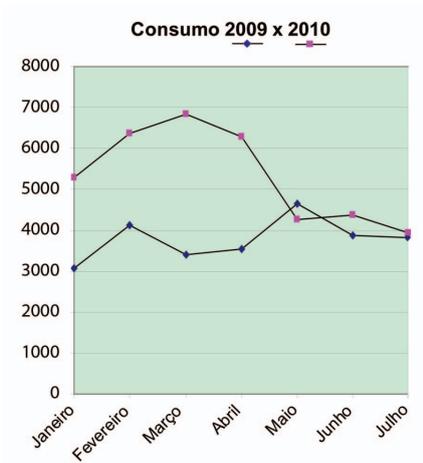
Paranavaí



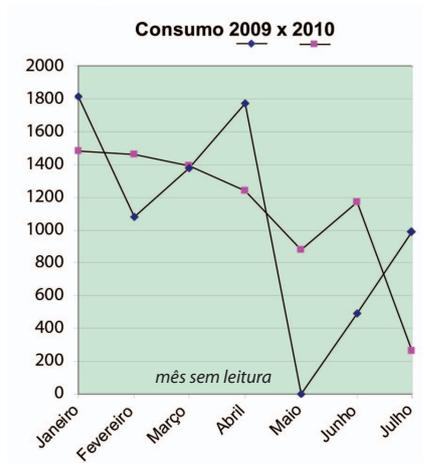
Pato Branco



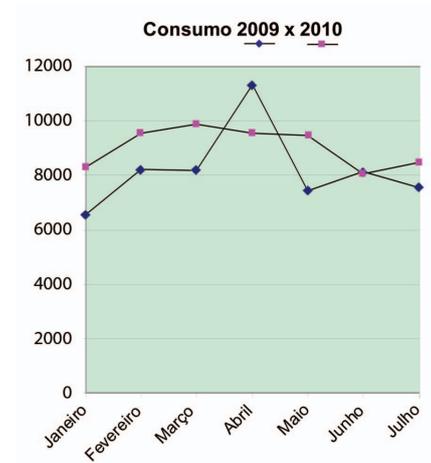
Pinhais



Pitanga



Ponta Grossa



* Os demais gráficos serão publicados, por ordem alfabética dos Municípios, nas próximas edições do Nona

Coordenação Judiciária faz malote digital

A partir de agora ficará a cargo da Secretaria de Coordenação Judiciária a operacionalização do Malote Digital (Sistema Hermes) no que se refere ao cadastramento de unidades e criação ou alteração de usuários.

O uso desta ferramenta é fundamental para a comunicação entre as unidades organizacionais (TST, CSJT, CNJ e TRT's), tendo em vista os termos do Ato Conjunto 5/2009 CSJT.TST.GP.SE e da Resolução 100/2009 do CNJ, que tornaram obrigatório o uso do Malote Digital, além do constante na Meta 10 (Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, inclusive cartas precatórias e de ordem).

Sempre que houver alteração de lotação de servidor com senha de acesso ao Sistema Hermes deverá ser comunicado à Secretaria de Coordenação Judiciária, indicando-se os dados do substituto: nome completo, matrícula, CPF e função, através de chamado na Intranet, em Solicitação de Serviços - Nova Solicitação - Local: SCJ - Pesquisa: Malote Digital.

Em unidades em que são utilizados equipamentos do tipo Thin Client poderá ocorrer restrição quanto ao notificador do Sistema Hermes, todavia não haverá prejuízo, uma vez que o Malote Digital deverá ser acessado pelo gestor ou seu substituto, via endereço eletrônico, diariamente.

PASSO-A-PASSO PARA ACESSO AO SISTEMA HERMES

- a) O acesso se dá através do link <http://aplicacao2.jt.jus.br/malotedigital/login.jsf> ou <http://www.jt.jus.br> (banner malote digital);
- b) O login é o e-mail funcional do usuário. Deve ser informada, obrigatoriamente, a extensão "@trt9.jus.br";
- c) A senha inicial é composta pelas letras "md", seguidas do número de matrícula do interessado (sem o zero inicial, se houver). A matrícula é o código que consta no contracheque, ao lado do nome do servidor. Importante: a senha inicial deve ser trocada logo após o primeiro acesso,

por questões de segurança;

d) Os usuários cadastrados devem acessar diariamente o Sistema Hermes, a fim de verificar a entrada de novos documentos;

e) Toda unidade do TRT-PR, ao receber do Sistema Hermes um documento de cunho administrativo, deverá abrir um expediente próprio no CTA (tipo de documento "certidão de recebimento – malote digital") e inserir o documento recebido, dispensando sua impressão, conforme segue:

Passo 1: baixar o arquivo recebido por meio de malote digital e salvar em diretório da rede;

Passo 2: acessar no CTA "novo processo", escolher o tipo de documento "certidão de recebimento – malote digital", preencher o texto padrão e confirmar a criação do processo e fechar o documento;

Passo 3: Dentro do processo em que foi criada a "certidão de recebimento – malote digital", criar um novo documento (dentro de "opções para o processo") em que o arquivo recebido por meio do malote digital será anexado – o nome do arquivo deve ser correspondente ao tipo de documento recebido;

Passo 4: efetuar o trâmite normal do documento até a sua conclusão. Caso haja necessidade de envio de resposta ao órgão de origem, fazê-lo através do Malote Digital.

f) Todos os usuários cadastrados deverão instalar o aplicativo "notificador" em suas estações de trabalho, abrindo chamado técnico para a Secretaria de Tecnologia da Informação;

g) A administração do sistema está a cargo da Secretaria de Coordenação Judiciária, que será responsável pela inclusão e exclusão de unidades organizacionais e usuários;

h) As autorizações de acesso para usuários deverão ser formulados na intranet, por meio do link "solicitação de serviços – nova solicitação – local: SCJ – pesquisa: malote digital", constando: nome completo, sexo, matrícula, lotação, função e e-mail institucional.

Oficinas orientam cálculo judicial

A Assessoria de Economia e Orientação de Cálculo (AEOC) oferece aos novos servidores do Tribunal do Trabalho do Paraná oficinas de orientação de cálculos judiciais, com o objetivo de contribuir na aprendizagem de conceitos trabalhistas aplicados em exercícios práticos. As oficinas também se destinam àqueles que mudaram de cargo ou função e precisam de conhecimentos em cálculos judiciais na nova atividade ou lotação.

Há também outras práticas disponíveis, como o uso do Juriscalc (ferramenta desenvolvida para elaboração de cálculos de parcelas trabalhistas), estudos econômicos e pareceres

em Embargos à Execução e Agravos de Petição. Os encontros serão previamente agendados pela AEOC e serão realizados na própria assessoria, que está localizada em novo endereço: na sede da rua Carlos de Carvalho, 528, 7º andar.

Os grupos serão formados por seis a oito servidores por vez, que terão três horas diárias de treinamento, durante três dias de oficina. A inscrição deve ser realizada através do e-mail economia@trt9.jus.br, pela chefia ou direção do setor em que o servidor estiver lotado.

 Bruno Manenti

Centro de Memória promove reuniões de magistrados e servidores aposentados

Magistrados e servidores aposentados do Tribunal Regional do Trabalho da Nona Região vão se encontrar no Centro de Memória, a cada 3 meses, para confraternização e para auxiliar na identificação de objetos, fotos e documentos que fazem parte do acervo. Nas semanas que antecederam a comemoração do aniversário do Tribunal, vários deles doaram ou cederam em empréstimo itens para exposição, e já começam a ter um envolvimento maior com o Centro.

De acordo com a servidora Jussara Elisa, do Centro de Memória, o primeiro encontro será em novembro e deverá reunir cerca de 60 pessoas. “Temos muitas fotos, por exemplo, que precisam ser identificadas”, diz ela. – “Vamos

reuni-los para conversar, relembrar e agregar informações ao acervo da memória do TRT”

Entre os que doaram ou cederam materiais para as exposições estão os magistrados aposentados José Fernando Rosas e Zeno Simm, Pedro Ribeiro Tavares, Wanda Santi Cardoso da Silva, José Montenegro Antero, Euclides Alcides Rocha, Lauremi Camaroski, Ricardo Sampaio, a família do juiz João Antônio Gonçalves de Moura e o servidor Alcides Guimarães Filho.

O Centro de Memória está aberto à visita de segunda a sexta, das 10h às 19h, no prédio histórico que abriga a sede do TRT, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, 528, no Centro, em Curitiba.



Inara Passos

Fotos, documentos, placas comemorativas e registros de diversos tipos estão sendo entregues para o acervo do Centro de Memória



Inara Passos

Homenagens recebidas pelos magistrados estão na galeria



Inara Passos

Comendas concedidas por serviços prestados à Justiça

Com grupo pioneiro e especializado, TRT obtém profissionalização da segurança



O desembargador Ney José de Freitas, ao centro, com o primeiro grupo de segurança da Justiça formado por servidores próprios

O TRT paraense é o primeiro tribunal do País a constituir um grupo de segurança judiciária especializado e composto exclusivamente por servidores. A formatura dos agentes de segurança foi realizada no dia 24 de setembro, após um curso de 180 horas, com currículo que está servindo também como parâmetro para outros tribunais implantarem seus próprios programas de formação.

“Pediram-me para valorizar a equipe de segurança e em troca eu pedi a melhor segurança da Justiça; e hoje estamos aqui, nesta formatura de uma equipe extremamente preparada para exercer seu papel”, disse o presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas, que fez questão de presidir a formatura, assim como havia feito na abertura do curso, em fevereiro.



Comissão do TRT de Goiás, um dos vários grupos que vêm conhecer o projeto de segurança do TRT paraense

Foram desenvolvidos três módulos de treinamento e estudo, de acordo com o perfil dos agentes, sendo que 22 deles foram formados no primeiro módulo (para áreas como recepção e atendimento) e 34 no segundo e no terceiro módulos (para o GEPA - Grupo Especial de Proteção a Autoridades, segurança ostensiva e tático móvel). Entre as 27 matérias estudadas, estavam táticas antisequestro, segurança em eventos, direção evasiva e defensiva e etiqueta.

Para o novo agente de segurança Luiz Gregório Martins, servidor do TRT-PR há 10 anos, “o curso proporcionou uma formação excelente, uma visão profissional da segurança, baseada na técnica, com literatura especializada e metodologia, tudo um protocolo, que englobou desde a avaliação de riscos, com ênfase na inteligência, para a proteção de autoridades.” Mário Jorge Tertuliano Pinto, 24 anos de TRT, confirma a amplitude do programa, que “partiu do condicionamento físico e da defesa pessoal e chegou até ao modo de tratar o público.”

O agente de segurança Jocemar Pereira da Silva, coordenador do curso, afirma que “o nosso Tribunal dispõe agora de um serviço de gestão de segurança patrimonial e do trabalho autossuficiente, pois consegue sozinho capacitar seus profissionais para o exercício da segurança.” Outros TRTs têm agendado visitas ao Paraná para conhecer esse trabalho e solicitado palestras em suas sedes, para estruturarem seus próprios setores de segurança. No fim de setembro, Jocemar apresentou a experiência aos membros do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho (Coleprec), em Brasília.

Bruno Manenti

Tecnologia ajuda a acelerar julgamento

Princípios importantes do processo do trabalho, como o da oralidade e o da concentração dos atos, que incentiva a realização de audiências e manifestações no processo em um único momento, estão sendo resgatados pela Justiça do Trabalho do Paraná em decisões como as do juiz Eduardo Barcat, que no fim de agosto proferiu duas sentenças oralmente (processos 01396-2010-009-09-0 e 04891-2010-009-00-1). Após ouvir partes e testemunhas, o juiz relatou a sentença, registrada pelo sistema Fidelis de gravação de audiências em áudio e vídeo, ficando as partes já intimadas sobre a decisão, contando a partir da mesma data o prazo para recurso.

“Tecnologias como o sistema de gravação de audiências estão permitindo essa agilidade no julgamento dos processos. Prolatar uma sentença durante a audiência é uma dessas grandes vantagens, pois agiliza a conclusão do processo”, explica o juiz Barcat, informando que se deixasse para redigir a sentença em outro momento, o resultado poderia levar pelo menos mais 30 dias. Mas ele reconhece: “Há processos em que isso não é possível, porque nem sempre os pedidos são claros no processo do trabalho. No caso em análise, os pedidos eram simples e isso permitiu a finalização do processo em um único momento”. Tanto os depoimentos das partes quanto a prolação da sentença estão registrados no Sistema Fidelis e podem ser consultados pela Internet. Para ter acesso aos arquivos, o advogado deve possuir assinatura eletrônica, com certificação digital.

De acordo com o presidente da Comissão de Informática do TRT, desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, o pronunciamento da sentença oralmente, durante a audiência, observa a orientação da Consolidação das Leis do Trabalho, que tem como princípios a oralidade e a concentração dos atos, e também atende à nova Lei do Processo Eletrônico, que permite gerar documentos eletrônicos, como é o caso do Sistema Fidelis que grava depoimentos durante as audiências. “Atende também ao anseio da sociedade, que, segundo pesquisa do Banco Mundial, tem dois desejos: o de ter a oportunidade de se manifestar em juízo, o que chamaram de Dia na Corte, e também o de ver julga-



Juiz Eduardo Barcat (ao fundo), durante audiência na 9ª VT de Curitiba

do seu processo rapidamente, seja em favor de si ou não.”

Para o desembargador, “o juiz Eduardo Barcat, ao proferir sentenças orais utilizando softwares para gerar documentos eletrônicos, inaugurou uma nova era na Justiça do Trabalho. É o resgate dos antigos princípios. O Processo Judicial Eletrônico permite o resgate dos valores mais importantes da Justiça do Trabalho”, comemora.

Ele ressalta que os meios tecnológicos estão auxiliando o judiciário no trâmite mais rápido dos processos. “A tecnologia permite o ordenamento dos processos, liberando os profissionais para atos voltados ao conteúdo, e permite a retomada desses princípios que ficam muitas vezes esquecidos devido ao alto volume de processos trabalhistas que temos hoje”, conclui.

PRIORIDADE - A consolidação de uma cultura digital na Justiça do Trabalho paranaense é um dos objetivos estratégicos da Administração, estabelecidos na posse do atual presidente do Tribunal, desembargador Ney José de Freitas. Para ele, o avanço do processo eletrônico confirma a vocação do TRT do Paraná, um dos primeiros do Brasil a se informatizar e um dos geradores de softwares para todo o judiciário trabalhista, e acelera o atingimento do principal objetivo do TRT: efetividade na execução das sentenças. O ano de 2011, disse o presidente (ver página 3), será o ano da consolidação do processo eletrônico no Paraná.

Flaviane Galafassi

TRT e Caixa Econômica firmam convênio

Por meio de um convênio assinado entre o TRT-PR e a Caixa Econômica, magistrados e servidores do Tribunal podem contratar planos de previdência na Caixa Econômica sem o custo da “taxa de carregamento” – cerca de 5% do valor da contribuição aplicada no plano para o custeio de despesas operacionais, como normalmente é cobrado no mercado. O convênio oferece taxa de administração

diferenciada, é possível aplicar em fundos de renda fixa, pagando 1% ao ano, ou em fundos de renda variável, que possuem taxas de 1,5% ao ano. De acordo com a Caixa, fora do convênio seria necessária uma aplicação de R\$ 100 mil para alcançar estas taxas. O Convênio prevê também contratação por cônjuge e filhos do servidor ou magistrado, pelos mesmos parâmetros.